



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

| PROJETO MEMÓRIA DO SERVIDOR | | |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Entrevista | Nº: 1026/10 | DATA: 13/08/2010 |
| INÍCIO: 09h52min | TÉRMINO: 12h05min | DURAÇÃO: 02h13min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h13min | PÁGINAS: 41 | QUARTOS: 27 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Servidora aposentada da Câmara dos Deputados.

SUMÁRIO: Entrevista com a Sra. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS , servidora aposentada da Câmara dos Deputados, Diretora do Arquivo no período de 1990 a 2003.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há expressões ininteligíveis.

Conferência da fidelidade de conteúdo – NHIST 17/09/2010



O SR. ENTREVISTADOR (Tarciso Aparecido Higino de Carvalho) - Bom dia. Daremos início agora à entrevista do Projeto Memória do Servidor, do Núcleo de História Oral da Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados.

Receberemos hoje a Sra. Gracinda Assucena de Vasconcellos, servidora aposentada da Câmara e Diretora da Coordenação de Arquivo no período de 1990 a 2003. D. Gracinda prestou enorme contribuição, tanto para a política de arquivo da Câmara assim como para a política arquivística nacional, tendo assento no Conselho Nacional de Arquivo de 1994 a 2002.

Podemos dar início, então, à entrevista.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Primeiro, D. Gracinda, muito obrigada pela sua presença, por colaborar com o projeto do Núcleo de História Oral. Para dar início à entrevista, gostaríamos que a senhora dissesse a data e o local de seu nascimento e falasse sobre seu ingresso na Câmara e sobre a sua formação antes de ingressar na Casa.

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Bom, sou Gracinda Assucena de Vasconcellos, nascida no Rio de Janeiro — ainda era Rio de Janeiro, depois passou para Estado da Guanabara e depois voltou para Rio de Janeiro — nascida em 4 de maio de 1940. Minha formação primária, no Rio, foi em escola pública, porque o ensino público de antigamente não tinha nem paralelo com o ensino público de hoje. Então, fiz o meu curso primário em uma escola pública. Depois eu fiz um curso de admissão, porque naquela época o curso de admissão ainda era separado do curso primário, e logo em seguida prestei concurso público para o Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Por que esse concurso público? Porque a formação já era para fazer o ginásio e o curso normal; quando terminávamos o curso normal, já ingressávamos na carreira de professora do Estado. Por isso é que era um concurso muito concorrido, era um funil, e eu posso dizer que, na época, a escola de elite era o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Na minha época, ele era só para o público feminino. Nós não tínhamos a formação de professores do sexo masculino.

Lá, eu realmente eu vivi um período maravilhoso da minha vida, que foram os 4 anos de ginásio e 3 de normal, e quando eu saí — eu sou da turma em 1958 —, em 1959 eu já fui trabalhar numa escola que o nosso amigo Valter, ali, deve



conhecer, em Parada de Lucas; foi a minha primeira escola, mas fiquei muito pouco tempo. Fiquei somente durante o ano de 1959, porque em 1960 meu marido, que à época já era funcionário concursado do Senado Federal, lá no Rio de Janeiro, foi transferido para Brasília, e eu, é claro, vim acompanhá-lo.

Fiz então o concurso para o CASEB, o concurso nacional que aquela Comissão fez para recrutar os professores que iram atender à rede de ensino oficial a partir do ano de 1960. Cheguei aqui em 17 de abril de 1960, portanto poucos dias antes da inauguração da cidade. Havia aqui um movimento frenético. E, realmente, no dia 21 nós abrimos as escolas, que eram novas. Uns 2 anos depois essa comissão foi extinta e teve início a Fundação Educacional.

Foi um concurso de âmbito nacional, e eu, peguei um ano só, o ano de 1960, como professora da Escola Classe 206. Depois, fui vice-diretora da Escola Classe 304, em 1961. Em 1962, eu já era diretora da Escola Classe 304, onde eu fiquei até fazer o concurso para a Câmara dos Deputados, concurso esse que começou em 1964, mas o resultado final e as nomeações em 1966.

Foi essa, então, a minha formação, e foi esse o meu trabalho, no princípio de Brasília.

Depois, trabalhei como arquivista profissional, em 1978, graças à Lei nº 6548/78 decreto que criou a profissão de arquivista, com registro na Diretoria Regional de Trabalho — DRT já no início de 1979. Então, eu já estava realmente aqui desde 1966, quando ingressei no Arquivo. Esse foi o meu único local de trabalho durante todo esse período, desde 1966 até 2003, sempre voltada para o trabalho no Arquivo. Jamais ocupei função em qualquer outro órgão da Casa. Sempre uma dedicação e formação total ao Arquivo, em todo esse período.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Quando a senhora ingressou na Câmara, em 1966, como estava o Arquivo aqui em Brasília? Como era a sua organização e o ambiente de trabalho?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Bom, quando eu ingressei o Diretor era o Dr. Luciano Brandão, e eu tinha uma amizade particular com Astréa de Moraes e Castro, que era chefe da Seção Histórica; então, eu já vim direcionada para trabalhar na Seção Histórica. Naquela época, estava em vigor a Resolução nº 67, de 1962. A Diretoria de Arquivo, vinculada à Diretoria Geral, com



duas sessões: a Sessão Histórica e a Sessão Administrativa. A atribuição do Arquivo era guardar e conservar os documentos, que serviam para o processo legislativo; os livros e processos já ultimados e a organização do documentário histórico da Câmara, o Arquivo era... não vou dizer um depósito, mas era mais apenas para a guarda da documentação. As informações prestadas eram muito poucas, até porque essa evolução toda do Arquivo gerenciando informação e sendo polo de informação era mais recente. Então, o panorama era este: eram 2 sessões; o Diretor do Arquivo era Valdomiro Falcão — não tenho certeza se o sobrenome dele era Falcão, mas o nome era Valdomiro —, e depois veio a Sra. Gilda Amora de Assis Republicano, também uma funcionária antiga, que se destacou muito na Câmara dos Deputados e ficou na Diretoria praticamente até quando saiu a Resolução nº 20, de 1971, quando houve a mudança de direção.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Na elaboração da nova Resolução, em 1971, como foi discutido o papel do Arquivo novo? Já havia uma discussão da Câmara dos Deputados com outros setores da sociedade, com outros arquivistas, ou não?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Não. A Câmara sempre foi um modelo. Eu não vou usar de modéstia ao dizer isso, porque a Câmara influenciou muito o panorama arquivístico no Brasil e para os outros órgãos a Câmara sempre foi um modelo, e eu espero que continue até hoje.

Mas então, o que aconteceu? Em princípio foi contratada a Fundação Getúlio Vargas para fazer a reforma administrativa da Câmara, depois viram que não dava certo. Por quê? É a mesma coisa que eu imagino que tenha acontecido no Senado recentemente: a Fundação veio, mas não conhecia todos os detalhes de funcionamento desta Casa, pois o Poder Legislativo tem um funcionamento ímpar. Então, é muito diferente impor uma administração para uma Casa política, e logo viram que não daria certo. Então, foi constituída uma equipe técnica de funcionários de alto nível, e aqui quero destacar o nome de Iris Berlinck, que foi o grande motor da Resolução nº 20/71. Foi ela que formou esse grupo, com a colaboração de toda a Casa, ouvindo e sentindo a necessidade da Casa, e assim surgiu a Resolução, que vigora até hoje, com algumas alterações.



É claro que a Casa cresceu muito e já há a necessidade de diversas adaptações. O próprio Arquivo, não vou dizer que está engessado, mas ele está espremido dentro dessa estrutura, e precisa-se expandir mais.

Então, a Resolução nº 20 foi, digamos, o marco de modernidade.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Mas a reestruturação do Arquivo, em função da Resolução nº 20, de 1971, foi discutida pelo pessoal do Arquivo mesmo? Como ela foi concebida?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Sim, com certeza. Todos os funcionários — eu sempre vou falar em função do Arquivo, porque, como já expliquei, minha vida foi dentro do Arquivo —, os funcionários disseram suas pretensões, todos expuseram suas necessidades, e aí surgiu o Centro de Documentação e informação.

Vou fazer um parênteses : Biblioteca e Arquivo sempre existiram como atividades paralelas, de informação na Constituinte de 1823 já se fala que deveria haver um Arquivo para guardar os papéis. Por isso é que nós consideramos o início do Arquivo já nesse início de 1826, porque em 1823 houve a Assembleia Nacional Constituinte Legislativa. Então, em 1826, veio o Arquivo propriamente dito, separado.

A Biblioteca, já nesse período, ela teve lugares privilegiados, porque os livros então despertavam muito interesse, pela cultura que eles passavam, e não havia aquela mentalidade da informação nos originais. Então, o Arquivo sempre ocupou lugares acanhados, tanto na Cadeia Velha, que foi a primeira sede, como depois, quando foi para o Palácio Monroe, até, com todas as outras mudanças, chegar aqui ao Palácio do Congresso Nacional.

A Biblioteca teve o privilégio de ter uma construção própria para ela, o prédio onde funciona o CEDI. Ali foi construído para ser a Biblioteca. Então, o Arquivo nunca teve o seu local próprio. Ele sempre ficou numa situação de acomodação. Nós funcionamos, quando vim para cá, no 19º e no 17º andar, do Anexo I; e ficamos lá durante muito tempo, até que nós conseguimos, depois já da Resolução nº 20/71, passar para o CEDI, cuja diretora era Cordélia Robalino Cavalcante ocupando parte do PI para os Depósitos, e os funcionários tiveram uma acomodação ali onde está hoje o Arquivo, isso porque a nossa diretora que veio com a instalação do CEDI,



Nilza Teixeira Soares, tinha dificuldades em nos transferir, porque era a única unidade do CEDI que estava deslocada daquele meio. Tinha também a Coordenação de Publicações, que também ainda estava no Anexo I, mas a ideia era centralizar todas as coordenações no mesmo prédio. Então, o Arquivo foi o último. Por quê? Por causa dos depósitos.

Nós ocupávamos um andar inteiro com os depósitos, e essa mudança foi uma operação, digamos assim, muito bem planejada, porque nós não podíamos parar nem um dia de prestar informação com o nosso acervo; nós já estávamos seguindo uma outra política, que era a de passar as informações para toda a Casa. Era a parte de pessoal, finanças, material, a própria parte de Comissões também. E aí nós conseguimos, na época, um depósito lá no Anexo IV, que nós transferimos com um rigor de controle muito grande, porque não deixamos um dia sequer de atender ao usuário aqui da Câmara. Então, a Resolução nº 20 trouxe, sim, esse benefício, e ela teve essa participação dos funcionários.

O SR. ENTREVISTADOR (Tarciso Aparecido Higino de Carvalho) - D. Gracinda, só aproveitar esse tema de transferência de acervo, comenta-se no Arquivo que nos anos 80 houve a ocorrência de um início de incêndio, que foi...

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Sim, é verdade. Bom, eu quero dizer que nesse concurso para a Câmara — para auxiliar legislativo —, eu tenho o orgulho de dizer que, tivemos também os colegas José Wilson, que veio a ser o Diretor Administrativo, José Botelho Filho, que veio a ser o Diretor do Departamento de Pessoal, e o próprio Diretor-Geral Sabino, que também foi desse concurso nosso. Então, foi uma oportunidade de receber grandes funcionários da Casa. E para o Arquivo veio a Maria Borges, que é uma colega que não podemos esquecer de citar. Ela já é falecida, mas foi uma batalhadora dentro do Arquivo. Então, na Sessão Histórica éramos 3: Astréa, como chefe; eu, que vim primeiro e Maria Borges.

No ano de 1980 havia, parece que no 19º, ou 17º, estou na dúvida, uma sala para o depósito dos avulsos e jornais, houve um princípio de incêndio; só que nós tínhamos um treinamento, como a Câmara sempre faz, de combate a incêndio, e foi Maria Borges que, com o extintor, conseguiu apagar esse princípio de incêndio. Depois vieram os bombeiros, e felizmente a coisa não tomou vulto, mas houve, sim,



houve esse fato, esse princípio de incêndio, não dentro do Arquivo, mas nessa parte de jornais, que ficava próxima, e acho que na parte de avulsos também. Então, foi Maria Borges, a heroína. Depois, no concurso seguinte, vieram os outros funcionários. Irismar eu não sei se veio com Áurea e ...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Com o Sr. Ernani? É? Então, veio depois. Vieram para o Arquivo Áurea Lagos e o Sr. Ernani Valter Ribeiro. Então, aí, formou-se a equipe da Seção Histórica. Nós trabalhávamos só cuidando do acervo que era proveniente lá do Rio de Janeiro.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Quando a senhora entrou na Câmara, havia mais ou menos quantos funcionários no Arquivo? A senhora tem uma ideia?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Não, não tenho ideia. Eram poucos, posso dizer. Na Seção Histórica, como eu disse, éramos 4; com a chefe, 5. E aí nós começamos a cuidar da preparação de toda essa documentação que veio com a mudança da capital.

Já até respondendo a alguma pergunta, fala-se muito de como chegou essa documentação aqui a Brasília. Astréa, que veio primeiro — ela estava sozinha na Seção, quando eu cheguei —, ela sempre relata esse fato. Eu não tomei conhecimento, mas Astréa relata isto: que, quando chegaram os caminhões trazendo essa mudança do acervo, os documentos vinham nos chamados “amarrados”, que eram realmente lotes numerados de documentos amarrados. Esses “amarrados” vieram nos caminhões, e Astréa conta que alguns “amarrados” serviram de calço para os caminhões que atolavam na lama. Eles ficaram em um depósito ali perto de onde hoje há aquele bairro, perto aqui do Congresso, na Vila Planalto. Eu não presenciei esse fato, mas tive conhecimento de que isso realmente aconteceu pelo relato da Astréa. É ela que, quando for entrevistada, vai poder explicar isso perfeitamente para vocês.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) – E no mesmo ano da Resolução nº 20 da Câmara foi o ano da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, para a qual nós sabemos que o Arquivo da Câmara se mobilizou



bastante. Como é que a senhora participou disso? Tem lembranças de como foram as discussões sobre o assunto?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Bom, eu quero dizer que, quando eu ingressei, era só Astréa e a Nilza Teixeira Soares, que estava mais voltada para a Biblioteca, porque a formação dela era de bibliotecária, embora ela também tivesse uma vivência como arquivista muito grande, inclusive vindo aos Estados Unidos, onde ela também, parece, trabalhou. Então, tivemos a Astréa e Nilza, que foram, eu vou dizer assim, grandes mestras nessa área de arquivo, e elas sempre estiveram muito empenhadas em disseminar o conhecimento de arquivo. Então, essa Associação teve muita influência das duas. E também, depois, juntou-se a elas Maria Aparecida Silveira Santos, mãe de Frederico, que, por influência de Nilza, tornou-se uma pessoa muito voltada para essa parte de arquivo. Mas realmente, todo esse início eu, particularmente, tomei conhecimento mas não participei diretamente; quem atuava mais eram Astréa e Nilza, a chefe da Seção, e Diretora, embora nós sempre tenhamos tido um diálogo muito grande sobre todas essas atividades, como aconteceu na criação do curso de arquivo, e da profissão de arquivista também.

E aqui eu quero deixar este tributo a Astréa, porque o arquivo no Brasil tem em Astréa a figura principal, uma batalhadora para que houvesse a criação desse curso superior de arquivo. Ela foi inclusive ao Conselho de Educação, até formar o programa, e a grande vontade dela era de que esse curso tivesse início em Brasília. A ideia, era de que uma faculdade particular pudesse implantar esse curso — na época, a AEUDF. Mas, infelizmente as faculdades particulares não tiveram interesse, e depois o curso veio a surgir lá na UNB, isso depois de Santa Maria, que foi a pioneira, lá no Rio Grande do Sul.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Em 1978 foi instituído o Sistema Nacional de Arquivo. A instituição desse sistema teria alguma coisa a ver com o desenho do estudo desenvolvido na Câmara em 1975? Essa década de 70 é muito importante para essa estruturação, não é?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Sim. E eu quero falar, antes, de uma passagem. Existiam, como eu disse, Biblioteca e Arquivo. Os bibliotecários tinham a sua carreira. Para o arquivista, existia na Câmara a carreira



de arquivologista. Então, havia 5 vagas para arquivologista, que nunca foram preenchidas. Só existia o zelador de arquivo, um cargo que estava para ser extinto, como realmente foi. Depois da Resolução nº 20, de 1971, com a abertura do Arquivo, mais ou menos com a estrutura que nós temos hoje, nós pedimos nossa readaptação para arquivologistas. Então, nós fomos os primeiros a ocupar essa carreira na Câmara. Ela existia já na Resolução nº 67, de 1962, mas o desinteresse pelo trabalho e, consequentemente, pela profissão, era tão grande que nunca ninguém quis trabalhar nessa área nem pleiteou o cargo. Nós, que já estávamos, em 1973, com todas as condições para ocupar esse cargo, pedimos a nossa readaptação; então, fomos os primeiros arquivologistas da Câmara, Astréa, eu, Maria Borges, Áurea e o Sr. Ernani. Áurea, mais tarde, saiu da Seção Histórica e foi para a Seção de Documentos Administrativos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Como ocorreu esse processo de criação e regulamentação da profissão de arquivista? Foi discutido isso entre os funcionários da Câmara e outros profissionais?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Veja bem, isso partiu de um projeto do Executivo, na época com o Presidente Geisel e o Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto. Então, em 1978 foi aprovada a lei nº 6546 e logo em seguida o decreto nº 82590 regulamentando a profissão, o que para nós foi muito importante, porque eu não sei — pelo menos, quando eu saí, acho que era uma coisa que ainda não existia — se o próprio bibliotecário já tinha a sua carreira profissional reconhecida. Não sei dizer se isso já acontecia. Embora os bibliotecários tenham sempre tido um avanço em relação aos arquivistas, os arquivistas tiveram a sua carreira profissional reconhecida muito antes.

Eu, até de curiosidade, trouxe, como estava dizendo ao Tarcísio, um recorte de jornal da época. Esse aqui é do *Jornal de Brasília*, do dia 7 de novembro de 1978, e estamos aqui eu, Maria Borges e Astréa, que fomos agradecer ao Presidente Geisel e ao Ministro Arnaldo Prieto a aprovação da lei, que tinha sido sancionada. Então, essa foto aqui, que eu guardo com muito carinho, é o registro desse fato foram criadas a carreira de arquivista profissional e a de técnico de arquivo.



Vou falar um pouquinho do arquivista. Nessa ocasião, criou-se a figura do “arquivista provisionado”. Por quê? Porque não existia o curso de arquivo. Então, eles definiram determinadas regras para isso: cinco anos ininterrupto exercendo a profissão; comprovação desse exercício e registro na Diretoria Regional do Trabalho — DRT para terem essas condições, equiparando-se aos formados em Arquivologia do nível superior. Por isso que eu falei que, logo em 1978, nós pedimos o nosso provisionamento como arquivistas profissionais e tivemos o nosso registro profissional em 1979.

Quanto a carreira de técnico de arquivo. Houve há uma lacuna muito grande — pelo menos até 2003, quando eu saí — porque não há interesse em se formar o técnico de arquivo, que é o profissional de nível médio e que faz muita falta. Claro que o ideal é que haja o curso superior de arquivista. Isso é importante. Mas é necessário também esse profissional de nível médio para auxiliar nas outras atividades complementares. Eu não tenho notícia de alguma escola ter tido interesse em fazer esse curso de técnico de arquivo, que é o de nível médio.

Eu quero dizer também que esse provisionamento foi muito importante, porque já nos concursos que exigiam nível superior — não sei precisar em que ano — saiu uma decisão do Ministro William Patterson, que na época era do Tribunal Federal de Recursos, que antecedeu o STJ, em que ele reconhece o arquivista provisionado como um profissional de nível superior para ingressar em carreira que exigia essa formação. Isso foi num concurso para Fiscal de Tributos Federais. Alguém apresentou essa qualificação, e foi consolidada essa situação, com esse voto do Ministro dizendo que era válido esse registro profissional, desde que atendendo todas as condições. Tendo esse registro, ele era um profissional de nível superior.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Em 1980, a senhora assumiu a chefia da Seção de Documentos Administrativos.

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Não, foi em 1979.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Em 1979. Eu gostaria que a senhora falasse um pouco sobre o trabalho na seção, mas gostaria de resgatar mais um ponto ainda que me chamou a atenção.



A senhora disse que, já em 1971, havia uma demanda maior da Casa em relação ao trabalho do Arquivo de prestar informações.

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Com certeza. Por quê? Porque a Resolução nº 20, de 1971, já foi estruturada dentro das necessidades da época. Primeiro, havia uma Diretoria de Arquivo e havia a Seção Histórica e a Seção Administrativa. Nós partimos para outras seções, como a de Avaliação e a Recolhimento, de documentos administrativos, documentos audiovisuais, e Seção de Documentos Históricos e Documentos Legislativos. Então, o que aconteceu? Houve uma expansão, já dentro da necessidade de o Arquivo atender, porque efetivamente o Arquivo já estava entrando na Casa toda. Ele já estava começando a ter as suas atividades de recolher esses acervos todos. Porque antes a preocupação era só com o foco histórico, na Seção Histórica, para atender a pesquisadores. Fazíamos grandes exposições nessa época. Inclusive, ocupávamos o Salão Negro, fazíamos exposições de grande vulto. Era, digamos, a Câmara aparecendo com o seu acervo histórico, mas na parte administrativa, que estava crescendo e se movimentando, ela precisava também de profissionais.

Então, o que aconteceu? Com esse aumento da estrutura, houve a necessidade de mais funcionários. E aí nós recrutamos desse outro concurso, conforme o Irismar falou. Vieram outros profissionais também de outras áreas.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - E sobre o seu trabalho na Seção de Documentos Administrativos?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - O chefe, à época, era Joazil Maria Gardés. Ele deixou a Câmara em função de um concurso que fez para juiz de direito do Tribunal de Justiça do DF e já se aposentou como desembargador. Na época havia necessidade de reformulação da Seção de Documentos Administrativos, já para acompanhar essa demanda. Foi quando a Nilza, que era Diretora, pediu que eu assumisse a Seção de Documentos Administrativos, para que eu pudesse organizá-la, trabalhando com os fundos arquivísticos, que eram todos os órgãos administrativos da Casa, ou seja, já fazendo um inventário dentro de cada um desses fundos.

Antigamente, era muito difícil pegar uma informação dentro da Seção de Documentos Administrativos. Havia a necessidade de trabalhar essa documentação



que estava acumulada. Foi, portanto, em função desse apelo da Nilza que saí da Seção Histórica, onde já trabalhava também com os inventários. Nessa fase nós tínhamos o chamado inventário preliminar, que era o primeiro, o inventário grosso modo; nós tínhamos de saber a documentação que lá estava. E na Seção Histórica foi um grande marco quando conseguimos terminar esse inventário preliminar desses amarrados que vieram. Também havia na Seção de Documentos Administrativos a necessidade de se fazer esse trabalho. E, aí, nós começamos a nos preparar para atender à demanda de informação da Casa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Já em 1981, foi divulgado o anteprojeto de lei de arquivo, que começou a receber sugestões. Qual foi o envolvimento da COARQ nessa discussão?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Bem, como eu disse, as pessoas que trabalhavam nessa legislação externa, colaborando, eram a Astréa, a Nilza e, algumas vezes, a Aparecida. Os dois grandes nomes eram Astréa e Nilza. São elas que têm realmente condições de lhe dar essa informação.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Esse projeto foi encaminhado ao Congresso em 1984 e só se tornou lei em 1991...

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Sim, e, se não me engano, houve, nessa época, grande auxílio do Deputado Marco Maciel, que sempre foi uma pessoa muito voltada para a área de arquivos e bibliotecas. Foi ele quem deu um grande auxílio para que esse projeto fosse aprovado e transformado na lei nº 8159/91.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Foram, então, sete anos de tramitação. Nesse período de tramitação interna, no Congresso, vocês acompanharam o projeto? Quais foram os Parlamentares que se destacaram nessa bandeira?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Não sei lhe responder isso.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Posteriormente, houve Ato da Mesa sobre a avaliação de documentos de arquivo na Câmara. Como se deu essa norma?



A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Isso foi um grande trabalho da Nilza, que, como Diretora do Arquivo, trouxe uma transformação: levou a Diretoria de Arquivo para dentro do Centro de Documentação. Foi ela quem começou a examinar todo esse acervo que estava acumulado na Casa e a trazê-lo para o Arquivo, dando início a esse trabalho de recolhimento do acervo.

É interessante frisar o seguinte: em sua gestão, a Nilza começou a parte de legislação do arquivo, da avaliação e com o princípio dos Documentos Sigilosos. Ela trabalhou mais nessa parte de acumular acervo e de dar início à legislação. Quando eu comecei como Diretora do Arquivo, em 2000, eu já tinha um caminho do que deveria ser feito. E, aí, nós partimos para a legislação atual, com a criação da Comissão de Documentos Sigilosos - Resolução nº 19/93 do Sistema de Arquivo da Câmara-Ato da Mesa nº 15/1999, da CEDOS e das Secretarias Executivas da CADAR, que já era uma segunda fase de modernização do Arquivo. Era o Arquivo da Câmara passando informação para as outras instituições. A Nilza, portanto, foi a mentora dessa parte da instrução normativa, do Ato da Mesa nº 62/85 que veio criar a Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo e do Projeto de Resolução que viria a criar a Comissão de Documentos Sigilosos.

A Nilza era a Presidenta, e eu fui membro, desde o início, do Cadar. Mas os trabalhos eram muito lentos — claro, era o início. Então, não havia uma dinâmica muito grande nessa Comissão.

Interessante foi que, no ano de 1993, comemoramos a centésima reunião da CADAR com uma sessão solene no Espaço Cultural, com a presença de todos os membros efetivos, bem como do Secretário-Geral da Mesa. Acredito que ela tenha sido até filmada, dada a importância, já em 1993, da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo, para os trabalhos da Casa.

Como se diz, eu só fiz aprimorar esse trabalho e dinamizar as duas Comissões.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Nos anos 70 e 80, com a regulamentação da profissão de arquivista e a criação dos cursos superiores, havia dentro da Câmara alguma preocupação com o treinamento e atualização do pessoal que trabalhava com arquivo? Como ocorreu isso?



A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Essa pergunta é muito boa.

Veja, quando eu comecei, em 1967, nada disso existia ainda. Então, em 1968 fizemos — Astréa, Maria Borges e eu — um único curso, que era do DASP, que naquela época se chamava Escola de Serviço Público. Fizemos um curso de práticas de arquivo. Também nessa época, entre 1966 e 1967, nós três, que trabalhávamos nesse início do Arquivo Histórico na Câmara, fizemos um curso de conservação e restauração de livros e documentos com o restaurador do Senado. O Senado já tinha um restaurador em sua Biblioteca. Chamava-se, Paulo Weguelin Delpech. Ele nos deu esse curso, que foi o embrião do que existe hoje. É claro que tínhamos de ter o conhecimento, mas não tínhamos interesse em entrar nessa área de restauração, que é bem específica, e o nosso foco era outro.

Mas nós procurávamos treinamento, e tínhamos muito contato com o pessoal do Arquivo Nacional. Tivemos a Marilena Leite Paes e a Heloísa Bellotto, que nos deu muita assistência; tivemos também a Lourdes Costa, muito conhecida por ter sido a pioneira. Essas três grandes profissionais, três grandes nomes da arquivística, nos davam orientação, e tínhamos com elas contato permanente, porque as procurávamos. A Astréa tinha esse conhecimento, e nós sempre estávamos em treinamento. E é claro que participávamos de tudo o que surgia na área, de tudo o que era oferecido por especialistas de fora que vinham a Brasília, em congressos e seminários. Estávamos sempre em treinamento com todos esses nomes de profissionais estrangeiros que vinham, muitas vezes trazidos pelo Arquivo Nacional ou mesmo pela própria Associação. Nós sempre estivemos presentes para essa formação.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - A senhora mencionou um profissional do Senado. A propósito, como se deu a relação com o Arquivo do Senado, já que ele é tão próximo e, ao mesmo tempo, tão distante? Ele percorreu mais ou menos o mesmo caminho?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Eu posso dizer que sim, porque nosso relacionamento com nossa Casa irmã sempre foi muito cordial. E nós sempre passamos muita orientação para eles. Posso até dizer que o nosso próprio sistema de arquivo da Câmara foi modelo para eles. Depois, o Diretor,



à época, Francisco Maurício da Paz — não sei se ainda é o mesmo —, com os profissionais que foram para lá, e a própria Andreza, filha da Astréa, arquivista, ficou com a consultoria, organizando o arquivo do Senado. Mas é claro que nós tivemos grande influência passando todas essas informações.

O Arquivo da Câmara sempre teve essa boa vontade de colaborar com todas as pessoas, com profissionais de arquivos dos Estados e de outras Assembleias que vinham nos procurar. Faziam às vezes estágio de uma semana. Nós sempre passamos conhecimento. O nosso objetivo sempre foi difundir a política de arquivo, fazer do Arquivo uma fonte de informação limpa e técnica. E a Câmara sempre se pautou por isso.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Quanto ao trabalho do Arquivo, como se deu a elaboração e publicação do inventário do acervo da Constituinte do Império?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Já que estamos falando em profissional de arquivo, gostaria de falar sobre o concurso para arquivista, cujo edital saiu no ano de 1994 — o resultado final foi em 1996. Foi um grande avanço nós termos os profissionais formados no nosso quadro.

Como surgiu a ideia? Já era a Suelena a Diretora do CEDI. E ela quis fazer o concurso para bibliotecário, e, óbvio, nós precisávamos também de arquivistas. Então nós conseguimos negociar quinze vagas para arquivistas. Nós sempre tivemos um apoio muito grande do Diretor Administrativo, Dr. José Wilson, e do Diretor do Departamento de Pessoal, Dr. Botelho, que foram dois grandes aliados do Arquivo.

E conseguimos abrir concurso também para arquivistas. Foram 116 inscritos; 23 foram aprovados; destes, três não atendiam às condições exigidas — houve também uma desistência, que justamente foi a Andreza, porque ela já estava para se aposentar no Ministério do Planejamento e ficou com receio de assumir o cargo na Câmara. Então, quatro aprovados não tiveram condições de tomar posse, e ficamos com dezenove. Quero dizer aqui que dois dos três primeiros colocados estão aqui. A Adsan Jacqueline, o Tarciso e o Vanderlei. Foram estes os três primeiros colocados e que tomaram posse logo.



No ano seguinte, eu consegui que viessem mais doze e, no outro ano, mais quatro. Por quê? Porque as vagas eram poucas, eram quinze, e eu queria aproveitar todos os aprovados. Mas nós precisávamos fazer um remanejamento desses cargos. E eu contei com a extrema boa vontade desses dois Diretores, que sempre nos apoiaram. Então, foi um momento muito importante quando conseguimos receber esses profissionais para o Arquivo.

Voltamos agora ao inventário de 1823.

Posso dizer que o acervo de 1823 foi o mais importante do País, porque diz respeito à primeira tentativa de termos uma Assembleia Geral Constituinte. Em 1823, houve o funcionamento não só de um congresso constituinte, com o objetivo de fazer uma Constituição, após a queda do Império, mas também de uma assembleia geral legislativa. Criando as primeiras leis do país independente.

E por que nós temos um carinho tão grande com esse acervo? Porque a Câmara teve o privilégio de ficar com ele. O regime bicameral só começou em 1826, com a Câmara e o Senado. O acervo de 1823, em função de toda essa documentação ter que ir para o arquivo — e nós trouxemos todo esse arquivo da Cadeia Velha — é precioso, porque tem não só documentos de 1823, mas documentos bem anteriores, que vinham das Províncias. Portanto, é um acervo riquíssimo!

A Nilza quis imprimir um inventário diferente, o chamado inventário analítico, com uma descrição muito minuciosa, com formação de dossiês. Foi realmente um inventário muito bem trabalhado, muito bem analisado, muito bem pesquisado, com fontes de referência. Foi também a primeira publicação do Arquivo.

Eu me empenhei muito para que se pudesse passar esse trabalho para o meio digital. Quando da minha gestão como diretora, já começava aquele *boom* da informática, com digitalização de toda a parte de documentos. E eu tentei muito, fiz esforço, aproveitando os 180 anos do Poder Legislativo, para que a Câmara fizesse isso através de um CD. Não bastava a publicação, que nós já tínhamos; eu queria outro meio que fosse de maior divulgação. Tive até a colaboração do ILB, do Senado. Mas, infelizmente, eu saí, e nós não conseguimos fazer o que eu pretendia. Não sei se já houve avanço com relação a isso.



Então, realmente há pendências no Arquivo (o que depois vou expor), que eu gostaria fossem resolvidas, porque são coisas muito importantes. Só nós é que temos esse acervo. E é um acervo de extrema importância, de extrema qualidade. A documentação passou por um processo de restauração e está em muito bom estado. Tive contato com várias empresas que trabalham na parte da tecnologia de informação, para que pudéssemos fazer isso. Estábamos quase conseguindo, já na gestão do Diretor-Geral atual, o Sérgio Contreiras, que isso se concretizasse. Mas a dificuldade foi muito grande, e eu saí frustrada com isso, porque não conseguimos.

O mesmo aconteceu na Constituinte de 1987/88, por ter o Presidente da Câmara, Deputado Ulisses Guimarães presidido os trabalhos, esse acervo ficou com a Câmara, o que foi uma coisa maravilhosa para nós.

O Dilsson não está presente, mas é quem poderá falar com mais detalhes sobre isso, uma vez que eu, particularmente, não trabalhei na Constituinte de 1987/88. Era uma opção do funcionário trabalhar ou não em horário extraordinário, e eu, efetivamente, não quis trabalhar nesse período. Mas o Dilsson coordenou o trabalho de organização desse acervo e fez um trabalho maravilhoso. Ele inclusive conseguiu fazer o inventário, que está muito bem feito.

Então, o Arquivo da Câmara também teve o privilégio de ficar com esse acervo, vantagem que o Senado não teve, só ficando com o do Congresso Revisor. O acervo de 1823, eu diria, é a joia de todo o acervo da Câmara, que é maravilhoso. O acervo da Câmara, como sempre repito, é a história do Brasil, é a história do Legislativo fazendo suas leis e cuidando de todo o panorama do País.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - A senhora dirigiu o Arquivo entre 1990 e 2003 — não é? A senhora já mencionou a preocupação com as novas tecnologias, com a digitalização do acervo. Qual teria sido o principal desafio e a sua marca na gestão do Arquivo, nesse período?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Eu tive a grande preocupação de dar continuidade a esse início que havia sido feito de modernização e de colocar o Arquivo já num outro foco. Criamos toda essa legislação o sistema de Arquivo da CD; nós conseguimos aprovar a Resolução nº 29, de 1993, que trata dos documentos sigilosos da Câmara e conseguimos implantar a primeira Comissão



formada por 3 Deputados, sendo um deles o Presidente — e o Diretor do Arquivo participando como membro dessa Comissão.

O primeiro Presidente da Comissão foi o Deputado José Thomaz Nonô, em 1995. Foi uma época de muita turbulência, porque estava em foco aquele problema do INSS. Havia a Deputada Cidinha Campos. Então, existia uma grande procura daqueles documentos bancários e fiscais sigilosos que a Câmara recebia através das CPIs.

Felizmente, o Deputado José Thomaz Nonô foi muito decidido. Fez uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça perguntando se a Câmara poderia fornecer esses documentos. E eu me lembro muito bem de uma reunião em que a Deputada Cidinha Campos, no meu gabinete, querendo, com um Procurador do Ministério Público, que nós fornecêssemos aqueles documentos. Mas eu não tinha autorização, porque o Presidente não autorizava. E ela ficou muito brava nessa ocasião e me disse: *“É assim que a Câmara dos Deputados trata a Justiça?”* Mas isso foi muito bom porque o Deputado José Thomaz Nonô fez uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça. E tal consulta teve o parecer do então Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que dizia que o Arquivo não era um repositório de informações, que a Câmara dos Deputados não tinha tal obrigação e que eles teriam de recorrer aos órgãos competentes que enviaram essa documentação. Isso foi um vetor muito interessante, porque realmente não temos autorização para repassar informações sobre essa documentação sigilosa que vem de fora, até porque sua classificação não é a nossa. Nós damos a classificação dos documentos que são produzidos na Casa. E esses obedecem à Resolução nº 29, de 1993. Agora, os que vêm de fora, não obedecem.

Isso foi muito interessante porque essa foi a norma que a Comissão sempre adotou. Em 2000, consegui novamente compor a Comissão, porque, a competência é do Presidente da Casa, justamente por envolver Parlamentares.

O Presidente era o Deputado José Antônio Almeida, que foi muito eficiente, muito disciplinado. Sempre procurávamos algum Deputado que tivesse formação na área de Direito, mas era escolha do Presidente da Casa, sempre.

Foi muito bom trabalhar com S. Exa. Aí, já tínhamos a Secretaria do CEDOS. S. Exa. trabalhava de acordo com o Arquivo. Então começaram a vir expedientes já



com pedidos de documentos. E nós mantínhamos essa linha. Depois, em 2003, houve a Comissão, sob a Presidência do Deputado Moroni Torgan, tendo como um de seus membros, o Deputado Antônio Carlos Biscaia. Também foi uma Comissão muito boa de se trabalhar, porque quando o Presidente é seguro e segue a Resolução, isso é ótimo, porque a Câmara fica resguardada.

Tivemos também uma grande conquista. Tínhamos um volume de documentos bancários e fiscais enorme, porque o que vinha dessas CPIs era muita coisa. Então, conseguimos uma autorização para microfilmar esses documentos e eliminar os originais, porque o microfilme teria o mesmo valor com relação ao sigilo. O grande problema do Arquivo foi sempre gerenciar seus espaços. Recorrendo a todos esses recursos da microfilmagem, tivemos condições de sempre renovar, porque o nosso espaço é sempre muito limitado.

A SRA. ENTREVISTADORA (Débora Bithiah de Azevedo) - Mais um aspecto: durante todo esse período, como foi a demanda de pesquisadores externos pelo Arquivo?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Sempre muito concorrido. A Arquivo passou a ter visibilidade e nós tivemos grande procura de pesquisadores, claro, mais na parte histórica, inclusive com pesquisadores estrangeiros. Sempre houve essa procura e sempre tivemos interesse em atendê-los. Fizemos também exposições. Como aquela grande exposição em 2000, com muita movimentação de documentos históricos. Eu sempre quis incentivar essa parte porque entendo que o Arquivo tem um grande papel e que não poderia ficar como anteriormente, na década de 1960, como um repositório de guarda e conservação de documentos. Não se trata disso. Se analisarmos, o Arquivo está presente em toda a Casa. Então, participamos aquele seminário interno em que definimos a missão do Arquivo, e acredito que hoje já deve haver uma atualização da própria missão feita na época. Hoje temos não só o gerenciamento da informação produzida na Casa, mas também a influência do Arquivo na produção dessa informação.

Portanto, sem sombra de dúvida, o Arquivo é um órgão da Casa que tem penetração em todos os setores, seja na parte legislativa, seja na parte administrativa, não só na informação como no treinamento dos servidores, na



formação de seus arquivos setoriais. Sua importância é muito grande. Agora, assim como ele está aparecendo com o gerenciamento da informação, há também a parte histórica. Ele tem de mostrar o que tem. Então, chegamos a formar aquele projeto da Câmara dos Deputados: Arquivo Parceiro da História.

Quero ressaltar o grande impulso dado pela Diretora do CEDI, Nelda Mendonça Raulino, que, com a Presidência do Deputado João Paulo Cunha e com o José Humberto como Chefe de Gabinete, deu-nos inteiro apoio para que o Arquivo aparecesse. Ele mexia muito comigo e dizia assim: *“Essa é a fênix; tem de ressurgir, aparecer”*. E ele nos ofereceu uma área muito nobre para nossas exposições, que era ao lado do plenário; Rosa como chefe da Seção Histórica deve estar se lembrando, e a Lúcia, quem deixei encarregada do projeto. Quando de todas as sessões solenes corriamos para levantar os documentos relativos ao evento, para que tivéssemos a exposição ali, onde era o foco, a entrada dos Parlamentares, dos visitantes e da imprensa. Dava um trabalho! Então, o José Humberto se acostumou, porque às vezes ele ligava e dizia: *“Gracinda, vai acontecer isso. Prepare uma documentação para 2 dias”*. Era uma coisa louca! Eu me lembro de que houve uma sessão a respeito da UNE, e nós, naquela época, tínhamos de levantar os documentos da União Nacional dos Estudantes. Nós conseguimos fazer isso, mas tínhamos muito trabalho na Seção Histórica e, às vezes, também, na Seção de Documentos Legislativos e na Seção de Documentos Audiovisuais. Era um trabalho louco porque o tempo era mínimo para nós organizarmos.

Tivemos, também, uma exposição muito interessante relativa ao 2 de Julho, data comemorativa da independência da Bahia. Lá compareceu o Deputado José Carlos Aleluia, que se entusiasmou com a exposição. Foi ótimo! Baianas prepararam acarajé durante o evento. Foi maravilhosa, muito interessante, essa exposição.

Então, o Arquivo tem diversos caminhos, mas o da divulgação é um que ele não pode perder. Ele tem de estar sempre presente porque temos de mostrar a história — ninguém sabe... A professora da UnB, Rosane Montiel, queria fazer esse trabalho junto com a Fundação Educacional do DF do arquivo nas escolas, fazer exposição itinerante com cópias do acervo. Isso seria muito interessante.

Portanto, esse é um caminho que o Arquivo tem de perseguir. Ele tem de mostrar e usar os meios disponíveis na Casa — eu usei muito a televisão da



Câmara, a qual possui seus programas culturais. Essa televisão tem de fazer uma programação — isso dá muito trabalho para o Arquivo, evidentemente, e não acredito que tenhamos pessoas suficientes; penso que hoje nós ainda não tenhamos o número de funcionários de que precisamos. Não podemos ficar com isso guardado, porque isso não é para nós. Temos de mostrar o que já aconteceu, e temos preciosidades. O acervo de 1823 foi o início, porque é muito importante o que existe na parte histórica e, também, na parte de documentos legislativos, por todas as CPIs que já aconteceram.

Então, isso tudo precisa ser divulgado. Tem de haver um projeto bem estruturado, com pessoal que não seja só do Arquivo — como exemplo, dando auxílio ao Núcleo de História Oral. É importante também captar outros profissionais que tenham interesse no assunto. Deve haver muitos funcionários na Casa com formação em História que queiram dar essa colaboração e fazer uma programação com a *TV Câmara*.

Eu sempre achei que não se pode ficar com esse acervo fechado. A Câmara tem de aparecer. Afora todo o aspecto da gestão, que é enorme, porque essa gestão da informação é muito relevante. O início do período da utilização de documentos eletrônicos, graças a Deus, foi a época em que saí — porque, nessa área, o Vanderlei é o especialista. Essa área relativa a documentos eletrônicos, é uma loucura! E de quem é a obrigação de estar atento ao que está sendo produzido? Como vai ser produzido? Como vai ser guardado? É obrigação do Arquivo.

Então, inegavelmente, o Arquivo é um órgão fundamental dentro de todas as atividades da Casa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Débora Bithiah de Azevedo) - Na verdade, devemos considerar o Arquivo não só como aquele setor que guarda documentos, mas também como aquele que os revela. Em relação a isso, há um episódio bem emblemático: a recuperação do discurso do Deputado Márcio Moreira Alves. Como isso ocorreu?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Eu ia falar sobre isso.



Em maio de 2000, a ex-servidora da Casa, Sra. Ana Lúcia Colares, telefonou-me e disse: *“Eu tenho os originais das notas da sessão de cassação do Deputado Márcio Moreira Alves, que antecedeu o AI 5 e o fechamento do Congresso. Eu quis guardar esse documento porque achei que ele seria muito importante, e fiquei com medo de ele se perder ou ser subtraído. Como vejo que estamos agora num período de muita tranquilidade em relação à situação do País, acho que nós não corremos mais nenhum risco. Então, gostaria de devolvê-lo.”*

Bom, para mim, isso foi uma surpresa muito grande. Ela nem morava mais em Brasília, mas me parece que tinha alguns contatos. Logo, ela veio até mim e trouxe esse documento. Eu comuniquei o fato ao Sr. Mozart, o Secretário-Geral da Mesa. Disse-lhe o que havia acontecido e que nós tínhamos de dar uma solução. Ele, então, fez publicar um suplemento do *Diário da Câmara dos Deputados*, com a data do dia 1º de junho de 2000, para completar essa série, embora conservando a data da sessão da época de 12 de dezembro de 1968. Mas, independente disso, logo na semana seguinte, eu convidei o ex-Deputado Márcio Moreira Alves para dar uma entrevista à *TV Câmara*. Ele veio, deu a entrevista e, depois, houve uma corrida dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *O Globo*, *Jornal de Brasília*, *internet* ao Arquivo da Câmara. Naquela época, também já havia o IG, o primeiro meio de comunicação pela Internet.

No final do ano, eu e a Ana Lúcia gravamos uma entrevista nas dependências do arquivo para o jornalista Paulo Marcum, da *TV Cultura*. Ele, então, preparou um documentário para ser exibido em março do ano seguinte: *O dia que não existiu*. Esse documentário deve estar lá. A *TV Câmara* pode resgatar a entrevista do ex-Deputado, já falecido, Márcio Moreira Alves.

Realmente, foi uma surpresa muito grande quando surgiu esse documento.

A SRA. ENTREVISTADORA (Débora Bithiah de Azevedo) - Aproveitando esse episódio, vamos ingressar um pouquinho na história da Câmara e tentar fazer um paralelo com o trabalho do Arquivo.

O Arquivo se fortaleceu, criando a profissão de arquivista, justamente no período do regime militar, que, em tese, tem uma relação complicada com a informação.



O que a senhora sentiu, principalmente no final dos anos 1960 e na década de 1970? Houve algum impacto do regime militar com relação ao trabalho do arquivo? Como ocorreu o fechamento do Congresso por 3 vezes? A senhora poderia comentar?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Com relação ao ano de 1964, ano da Revolução, eu não posso falar nada, porque ainda não era servidora da Câmara. Mas, nos outros períodos, particularmente no Arquivo — eu não posso falar pelos servidores da parte legislativa —, eu não vi nenhuma interferência nem soube de servidor que tivesse tido alguma perseguição ou cerceamento nos trabalhos. Nunca! Durante esse período todo em que estive na Câmara nunca percebi, nunca senti isso. Os trabalhos tinham a sua continuidade, o funcionamento era normal.

A SRA. ENTREVISTADORA (Débora Bithiah de Azevedo) - Gostaria que a senhora comentasse mais sobre o que a senhora me disse antes da entrevista, ou seja, o fato de que, durante o período de fechamento do Congresso, embora a área legislativa fosse afetada, o Arquivo tinha de continuar a pleno vapor.

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Sim. Continuávamos. Houve pequenos períodos de recesso logo quando acontecia. Mas era coisa muito pequena. Eu estava no primeiro, em 1966. Tomei posse em setembro, aliás em agosto, em setembro, eu estava na sessão histórica, logo depois tivemos um pequeno recesso, até, mais ou menos, o final do ano. Mas nunca houve interrupção, pelo menos da parte administrativa. A parte legislativa, quer dizer, os funcionários que trabalham diretamente, as Comissões, plenário, Secretaria-Geral talvez tenham alguma outra informação. Mas, da nossa parte, nunca tivemos nenhuma interferência.

Para esclarecer algo mais, temos o nosso colega Casimiro Neto, autor do livro “Construindo a Democracia”, que talvez possa dar alguma informação, porque ele fez um trabalho de muita pesquisa. Então, pode ser que ele tenha alguma coisa a acrescentar.

A SRA. ENTREVISTADORA (Débora Bithiah de Azevedo) - A senhora trabalhou na Câmara durante mais de 30 anos. Ao longo desse período, a estrutura da Casa se modificou muito, cresceu muito. Como a senhora viu esse crescimento



não só do Arquivo, mas de outros setores da Casa e, principalmente, a relação entre servidores e Parlamentares. Dizem que, no início de Brasília, nos primeiros anos, o Congresso era bem mais próximo

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Sem dúvida, pelo número de Parlamentares, era muito menor. Mas nós nunca tivemos, pelo menos no Arquivo, um contato muito direto com os Parlamentares, porque a nossa atividade era mais forte com a parte administrativa da Casa. Com os Parlamentares, só no caso da Comissão de Documentos Sigilosos ou no de alguma outra consulta que eles quisessem — mas isso vinha através de seus funcionários. Portanto, nunca tivemos um relacionamento muito estreito com os Parlamentares.

O Arquivo acompanhou realmente, a estrutura da Casa. O grande salto foi em 1971, com a Resolução 20, e outras alterações. Houve o Centro de Documentação, que também conseguiu crescer. Acho que a única alteração que nós tivemos foi a criação de um Serviço de Arquivo, cujo responsável é o Dilson. Mas não houve um crescimento expressivo, embora tivéssemos batalhado muito para que essa estrutura pudesse aumentar, porque há essa necessidade. Como eu falei, devido ao fato de o Arquivo ter uma penetração muito grande em todos os setores da Casa, não só na parte de gestão, mas também na organização e fiscalização, há a necessidade de uma estrutura maior. Quando saiu a Coordenação de Arquivo, achamos que ele estava muito engessada; então, queríamos ampliá-la, para poder dar uma maior dinâmica a esses serviços. Portanto, há necessidade, sim, de uma reestruturação.

Hoje, passados 7 anos, não sei como as coisas evoluíram, mas há muita necessidade de ampliação, até para que possamos ter mais servidores, pois precisamos de uma força de trabalho maior.

Trabalhei muito com estagiários da área de arquivologia, e fico muito feliz. No ano de 2003, tive o grato prazer de ser patrono da turma de arquivologia do primeiro período de 2003, o que me deixou muito honrada, embora já tivesse sido convidada antes — sempre no período de julho, quando saía de férias. Tínhamos estagiários que eram da Coordenação e que estavam se formando. Foi excelente a colaboração dos estagiários, mas também repassamos muita informação para eles. Foi uma troca muito boa, e nós precisávamos disso.



O nosso corpo funcional é muito pequeno. Para trabalhar no Arquivo, a pessoa tem que gostar desse serviço e entender sua relevância. É muito importante passarmos para o funcionário o papel que ele desempenha na atividade da Casa, que é uma atividade muito ampla.

Assumi a direção em novembro. Em dezembro, fomos convocados para formar um grupo de trabalho que iria fazer a modernização dos arquivos do Departamento Médico, cujo diretor, na época, era o Dr. José Luiz. Foi nossa primeira saída, ou seja, um trabalho entre funcionários do arquivo médico e do Arquivo da Câmara.

O arquivo médico, naquela época, funcionava com fichinhas — era uma dificuldade. Havia uma funcionária extremamente dedicada, que guardava, na cabeça, os números de prontuários médicos. Quando entrava um funcionário na emergência, sábado ou domingo, tinham de ligar para ela para que informasse qual era o número do prontuário.

Quando o Dr. José Luiz assumiu como Diretor do Departamento Médico, ficou perdido e pediu ao Dr. José Wilson que fizesse uma reforma. E este recorreu ao Arquivo. Se hoje conversarmos com o Dr. José Luiz, já aposentado, ele falará da grande admiração pelo trabalho que foi feito, porque essa foi a grande reviravolta do que hoje é o Departamento Médico, nessa parte de Arquivo, porque houve a modernização, a informatização e o treinamento de pessoal.

Por esse trabalho, o Arquivo começou a aparecer. E aí veio a demanda: formação de novos arquivos, os arquivos setoriais, a formação do grupo de trabalho para instituição das siglas, porque a Câmara não possuía siglas oficiais, só pelo uso. Coube ao Arquivo, essa tarefa de documentos, o que para nós era muito interessante devido ao nosso plano de classificação, pois precisávamos ter siglas para trabalhar, para ajudar na parte de informatização.

Acho que o grande salto nesse período foi também quando a informatização entrou no Arquivo, porque aí, já com o plano de classificação, com as nossas tabelas de temporalidade sendo divulgadas não só pela Intranet, como também pela Internet, as pessoas de fora tinham acesso à nossa avaliação. Foi um trabalho muito interessante.



O funcionário que vier trabalhar no Arquivo tem que entender — não vou nem chamar de mística — que o Arquivo é um órgão de extrema importância, não só nessa parte histórica, mas também na parte administrativa, porque nós prestamos muita informação em cima dos documentos. É muita coisa na área do Departamento de Pessoal e na área legislativa — a mais recente na parte das CPIs. É muita coisa.

O funcionário tem que gostar. Aliás, na vida só fazemos bem aquilo de que gostamos. Durante todo esse tempo em que trabalhei no Arquivo, fico muito feliz por não ter tido um só dia em que eu viesse trabalhar de má vontade, enfadada. Cada dia havia um projeto diferente, uma coisa diferente para fazer. Outro dia até comentei com o Frederico que, no Arquivo, eu me sentia como os chineses, com os pratos rodando: quando um prato está no final, já temos que rodar o outro, pois já há uma coisa nova aparecendo. Sempre estamos criando, inovando, pois o Arquivo é moderno e não estático. Ao contrário, ele é dinâmico e crescente, e o funcionário tem que saber que ele participa desse processo. E, é claro, deve haver a motivação dos diretores superiores.

Estou muito contente porque, nessa última visita que fiz ao Arquivo, parece-me que estamos com o Diretor do Centro, Adolfo Furtado, que está dando grande apoio. É importantíssimo ter o apoio da administração superior. O próprio Secretário-Geral da Mesa deu muito apoio ao Arquivo.

O Sr. José Wilson como Diretor Administrativo, era fantástico. Ele jamais recusou um pedido nosso, sempre nos atendeu: conseguimos alguns equipamentos, como os arquivos deslizantes para depósito. A sala-cofre é que não sei se já chegou, pois já havia entrado no Orçamento, já havia o dinheiro. Não sei para onde foi o dinheiro da nossa sala-cofre, que era para a Seção de Documentos Audiovisuais.

O Arquivo jamais se distanciou dessas pessoas que podiam trazer essa contribuição. A professora Heloísa Bellotto deu uma assessoria para o arquivo histórico. Na parte de digitalização do acervo, convidei a professora Esther Bertoletti para vir aqui, que também nos deu uma assessoria. Ela fez a digitalização do acervo do Arquivo do Tombo em Portugal. Era um projeto nacional do Arquivo de Portugal e do Brasil, aproveitando a comemoração dos 500 anos.



Tudo estava muito bem encaminhado, mas, às vezes, esbarrávamos nos patamares. O Diretor pode ter todo o entusiasmo, toda a vontade de realizar, mas esbarra em um patamar, como a direção do CEDI, que possui outras coordenações. Subindo, esbarra até chegar ao apoio da Direção-Geral.

Há algumas coisas pendentes que eram interessantes... Há muita coisa para fazer. No Arquivo sempre há coisas para se fazer.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Queria insistir um pouco num assunto, porque a senhora também é testemunha da história da Câmara, foi daqui de dentro durante mais de 30 anos. Além do trabalho no Arquivo, como servidora e como cidadã, a senhora viveu momentos muito importantes da história do Poder Legislativo — o regime militar, a abertura. O que a senhora vivenciou e destacaria como um momento especial na história da Câmara nesse período? A Constituinte de 1987/1988?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Vou falar da história recente. Como tive oportunidade de conversar com você ainda há pouco, eu acho que o grande momento democrático do País foi a Constituinte de 1946, porque vínhamos do período do Estado Novo, de 1937, com a famosa Constituição Polaca. No período de 1937 até 1946, realmente a Câmara fechou. Os servidores foram destacados para outros órgãos. O Ministério da Justiça recebeu muitos servidores da Câmara. Então, houve o fechamento mesmo. A Constituinte de 1946, foi o grande momento para a história do País.

Outro momento também foi a Constituinte de 1988, com a Constituição Cidadã. Houve uma participação popular muito grande. Lembro-me de um dos fundos do Arquivo, na parte da Constituinte, das representações populares. Essa Constituinte buscou a participação das pessoas para que mandassem sugestões sobre os temas mais diversos para o Congresso de como deveria ser a Constituição. Há documentos fantásticos. Um deles eu posso citar, porque ele já fez parte de várias exposições. É o do próprio Chico Mendes, sobre a Amazônia. O meio ambiente hoje é um tema muito falado até pelos nossos candidatos agora à Presidência da República. As sugestões populares perfazem um acervo riquíssimo, em todos os assuntos. Essa Constituição foi muito importante porque saiu do período daqueles atos institucionais para a democracia. Pena que ela já esteja tão



remendada! São tantas as emendas que vão surgindo! Essa Constituição veio como um único documento e hoje já tem tantos adendos, tantos anexos! Mas, de qualquer maneira, eu considero que esses foram os 2 grandes momentos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Outro aspecto que não podemos deixar de mencionar neste ano dos 50 anos de Brasília é que a senhora disse que chegou aqui um pouco antes da inauguração. A senhora é uma pioneira também na cidade, não é? Como a senhora viu a inauguração...

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Eu sou pioneira porque cheguei poucos dias antes, mas considero pioneiro mesmo aquele que veio para cá em 1957. Algumas professoras chegaram a trabalhar aqui em 1957. Quando eu cheguei, em 1960, Brasília era um verdadeiro canteiro de obras, porque a cidade estava em plena construção. Começou a funcionar em abril, como também alguns ministérios. Foi muito interessante, porque eu acompanhei a mudança da parte dos funcionários do Senado em função do meu marido. Nós recebemos, à época, instruções sobre o apartamento que íamos receber — a localização, a quadra, como era a compra de alimentação, o transporte. Foi uma coisa muito bem organizada. Na época eu só tinha um filho, que estava com 3 anos e minha sogra, que sempre morou comigo, até o falecimento dela.

Viemos de carro do Rio para cá — era uma estrada muito boa. Viemos com o nosso caminhão de mudança à frente. Na época, eu morava em Botafogo, no Rio. Chegamos aqui ainda de madrugada. Paramos o carro onde hoje é o Itamaraty. Não dormimos ali, mas esperamos amanhecer para procurar o grupo de trabalho do Senado, que era em uma casa na W3. Fomos procurar esse grupo de trabalho, e foi uma grande surpresa, porque o apartamento que nos tinha sido destinado não existia. A quadra, era na 107 sul, não tinha nem o edifício. Foi um corre-corre incrível para nos alojar, porque era a realidade de uma família cuja mudança estava chegando.

Eles, muito ágeis, nos deram um apartamento na 304 — depois até fui trabalhar na escola de lá —, só que esse apartamento não estava com taco no chão, não tinha ainda nada de instalação de banheiro e os vidros no corredor ainda não existiam. Então, foi tudo preparado a toque de caixa. Eles fazendo e nós entrando. Naquela época havia a chamada CAPFESP, que depois veio a ser IAPFESP, e



houve uma corrida para colocar os vidros, porque eu tinha criança pequena, e posso dizer que detestei. Eu tinha convidado um casal e outro amigo para virem assistir à inauguração de Brasília, e eles ficariam no nosso apartamento. Houve uma decepção muito grande, porque não havia a menor condição. Felizmente, eram pessoas muito próximas e não repararam.

A W3 era ainda de terra, não tinha asfalto algum. O Cine Brasília já existia. Mas era uma penúria total. Sei que fiquei desesperada com isso. Mas houve a inauguração, e eu tive que trabalhar logo no dia 21 na minha escola, na superquadra 206, como professora. Então já fui para lá, e, claro, com trabalho, sempre vamos melhorando.

Na época, eu não dirigia. Lembro que o meu marido era Chefe de Gabinete do Líder da Minoria do Senado, Senador João Villasboas e não tinha tempo, porque havia um corre-corre terrível aqui no Legislativo. Estavam todos ainda se instalando, embora o Congresso já estivesse em funcionamento.

Num belo dia, ele largou o carro na porta da escola e disse: “Você pega o carro, porque eu não tenho condições de te buscar”. Eu olhava para o carro e pensava como ia fazer. Realmente, resolvi. Havia muita solidariedade, as pessoas davam carona. Na época, embora eu morasse na 304, fui trabalhar na escola da 206 em 1960. Depois, em 1961, a escola da 304 ficou pronta, e eu fui morar perto da escola. Mas aí eu me mudei para a 206. Então houve uma inversão. De qualquer maneira, aprendi a dirigir e pronto.

Mas havia um ambiente de muita cordialidade e de muita amizade. As pessoas se conheciam. Quando viajávamos e víamos um carro de Brasília, normalmente era de pessoas conhecidas. Fazíamos as compras na Cidade Livre, no Núcleo Bandeirante, que era onde havia mercado. O único restaurante bom que existia era na W3, o Chez Willy, não sei se era austríaco, mas era o único restaurante bom da cidade. Também havia, onde hoje é a biblioteca popular na W3, um excelente restaurante, como se fosse um restaurante popular na época. Foi meio decepcionante, mas depois nos acostumamos. Hoje, consideramos Brasília a melhor cidade para viver, inegavelmente. Sou mais brasiliense do que carioca, porque vim para cá nessa época de 1960, e a maior parte da minha vida foi aqui. Tive outros 2 filhos, mais 5 netos, todos brasilienses, então a minha vida é Brasília mesmo.



O SR. ENTREVISTADOR (Vanderlei Batista dos Santos) - D. Gracinda, retorno um pouquinho à questão da arquivística, a parte pela qual a senhora ficou responsável durante muito tempo aqui na Câmara. Quero voltar à questão do CONARQ.

Desde a criação do CONARQ, em 1994, a Câmara sempre esteve direta ou indiretamente ligada a tudo o que o CONARQ andou fazendo. Entendo que uma das participações mais importantes foi na Resolução nº 4, de 1996, que são a tabela e o plano de classificação.

Eu queria que a senhora dissesse como foi isso, como a senhora foi representar a Câmara e o resultado disso.

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Certo. No CONARQ havia o ramo do Poder Legislativo. E desde a sua instalação eu participei como representante da Câmara; do Senado havia a Diretora do Arquivo. Acho que o CONARQ é um órgão muito importante. E na época ele ainda estava vinculado ao Ministério da Justiça.

Então, o que acontecia? A nossa participação — e eu digo nossa, mais da Câmara do que o Senado, porque o Arquivo da Câmara já estava bem estruturado — era mais de levar as nossas sugestões, porque ele era muito voltado para o Poder Executivo e tinha toda essa influência. Dessa forma, eu sempre me senti muito independente dentro do CONARQ como membro do Poder Legislativo, porque o Poder Legislativo é independente, como são o Executivo e o Judiciário.

Então, para mim nenhuma daquelas decisões teriam que ser levadas a Câmara para que tivéssemos a obrigação de cumpri-las. Houve uma grande participação do Poder Legislativo nessas decisões do CONARQ, que depois passou para a Casa Civil, justamente para poder haver maior influência dessas decisões. Como era vinculado ao Ministério da Justiça, ele ficava muito restrito. Vinculado à Casa Civil, ele tinha maior abrangência, mas não mudava a situação do Poder Legislativo.

Então, essa parte do plano de classificação era para o Executivo, não tínhamos obrigação de segui-lo. Embora eu pertencesse a essa Câmara Técnica de Avaliação de Documentos desde 1995, eu dava minhas sugestões, mas sempre ressalvando que o Poder Legislativo não tinha a obrigação de seguir aquela norma,



porque tínhamos a nossa autonomia. Nós, o Senado, como Poder Legislativo, e o TCU, como órgão auxiliar, vinculado ao Poder Legislativo.

Por isso criamos o nosso Sistema de Arquivo da Câmara, depois o Senado fez o dele também. E o TCU eu não sei se chegou a fazer o seu sistema.

O SR. ENTREVISTADOR (Tarciso Aparecido Higino de Carvalho) - D. Gracinda, a senhora entende que, se houvesse um rodízio da presidência do CONARQ com representantes do Legislativo e do Judiciário, isso daria maior independência ou ampliaria a abrangência das normas que o Conselho sugere? O que a senhora acha?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Eu acho interessante. Veja: o Jaime Antunes, Diretor do Arquivo Nacional. Vinculado ao Ministério da Justiça.

Eu lembro que uma vez fizemos uma campanha muito grande para a Heloísa Bellotto, que, para nós, é uma pessoa muita querida e também uma arquivista de grande expressão nacional. Queríamos muito que ela presidissem o CONARQ. Mas, justamente por haver essa vinculação do Arquivo Nacional, ficou muito preso ao Jaime. Mas eu acho que seria interessante. Poderia ser outro nome expressivo dentro da arquivística o do Presidente do CONARQ. Isso seria interessante até porque observaria esse outro lado, desses outros Poderes.

Eu levava todas as nossas sugestões do Poder Legislativo, mas sempre resguardando a nossa independência, sempre mostrando a existência de um plano de classificação e das normas. Havia a própria parte de documentos sigilosos, quando da classificação desses documentos sigilosos e que deveríamos seguir a nossa legislação, porque nunca podemos perder a independência do nosso Poder. A participação do Poder Legislativo era como uma colaboração.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - D. Gracinda, a senhora, como apaixonada pelo Arquivo, como teve coragem de se aposentar? Como foi esse momento da sua vida?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Bom, no Arquivo, vou marcar 2 momentos de êxodo. Tivemos um, em 1990, na época do Presidente Collor. Alguns colegas nossos muito queridos ficaram bastante preocupados com a possibilidade de haver alguma modificação no regime de aposentadoria. Falava-se



muito nessa parte do servidor. Assim, muitos colegas se aposentaram em 1990, como, por exemplo: a Míriam, o Sr. Ernani e a Mirthes.

E por que eu saí em 2003? Porque eu já tinha o meu tempo de serviço público completo, vencido. Tanto que em 2002, por ocasião da Semana Internacional da Mulher, houve uma homenagem do ILB, Instituto do Legislativo Brasileiro, do Senado, com a bancada feminina do Congresso Nacional. Eles fizeram uma homenagem às mulheres que tinham maior tempo de serviço dedicado ao Legislativo. Da Câmara fomos eu e a Solange Pinaidon, que era da Biblioteca. As servidoras em atividade homenageadas. Nessa época, eu já tinha, só de Câmara, 36 anos de dedicação exclusiva ao Poder Legislativo. Na época, eu também era a mãe, que tinha maior tempo de trabalho na Câmara.

Em 2003, eu pensei: *“Bom, eu já tenho meu tempo todo completo”*. E naquela época os aposentados não descontavam para a Previdência. *“Bom, então quero me aposentar ainda pelo regime antigo”*. E como já havia sido aprovada aquela emenda constitucional, e ela iria entrar em vigor, eu disse: *“Então, vou me aposentar pelo regime antigo, porque, de qualquer maneira, eu quero garantir os meus direitos”*.

Então, foi por essa razão que eu tomei aquela decisão, em dezembro, de me aposentar. E também tínhamos que dar oportunidade a outras pessoas. Eu acho muito importante formar equipe. Eu sempre gostei de trabalhar em conjunto. Eu sempre partilhei as minhas opiniões, sempre busquei ouvir todos os colegas, os chefes de seção. Eu acho que também chega o momento de darmos a chance para que outros mostrem a sua capacidade de trabalho e continuem a tocar o barco.

Eu achei que já era o momento de passar o bastão.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Fazendo um balanço desse tempo de trabalho todo na Câmara e no Arquivo principalmente, o que a senhora destacaria? O que vem à cabeça como lembrança mais forte ou trabalho mais importante realizado?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Eu acho que o trabalho todo foi importante. Agora, eu sempre digo: a semente de Arquivo foi plantada pela Astréa. Não podemos esquecer, ignorar o trabalho da Astréa como profissional voltada para a área de Arquivo.



Quando houve a Resolução nº 2.0/71, ainda não havia saído a profissão de Arquivista. Nesse período, nós, do Arquivo, resolvemos ingressar na faculdade. Então, eu e a Maria Borges entramos para Pedagogia, a Astréa entrou para Direito, e acho que a Míriam também entrou para Pedagogia. Só que eu não cheguei a fazer nem um semestre na AEUDF, porque tínhamos ideia de que o curso de Arquivo pudesse sair também na AEUDF. Então, seria muito mais fácil, porque já estariámos lá, passar para outro curso.

Eu era apaixonada pela área de educação. Desde menina, a minha vocação sempre foi a área de educação, tanto que minha despedida da Fundação Educacional foi terrível. Na época a Diretora do Ensino Elementar era D. Helena Reis. Brasília tinha um ensino primário de ponta; seguíamos a metodologia de Belo Horizonte, Minas Gerais. Quando fui me despedir— eu estava deixando a direção da escola porque havia sido aprovada no concurso da Câmara —, ela me disse: *“Eu não vou desejar a você felicidades. Eu não quero que você seja feliz, porque é um absurdo uma pessoa que sempre esteve voltada para a área de ensino ir agora para o serviço público. Eu não desejo que você seja feliz. Que você se arrependa!”*. Foi algo traumático, porque realmente sempre fui apaixonada pela área de ensino.

Acho que talvez tenha sido isso também que me influenciou muito na área de Arquivo, porque estamos sempre ensinando. Quando da possibilidade do projeto, junto com a universidade, por exemplo, para fazermos a disseminação dessa documentação para as escolas, puxa, aquilo para mim foi o máximo! Eu gostava muito.

Se era para passar conhecimento, eu também gostava muito. Quando começamos a fazer treinamentos — o Arquivo começou a treinar os Secretários Parlamentares, mostrando como deveria ser a organização dos arquivos dos Parlamentares, e também os chefes de Seção Administrativa —, eu gostava demais dessa área porque eu tinha muito interesse nisso.

Então, essa passagem do ensino para o Arquivo foi uma outra paixão.

Eu considero que a Astréa realmente foi a raiz de tudo. Depois, com a Nilza, o aprendizado foi também fantástico. O que eu tinha de fazer? Dar continuidade ao que recebi dessas pessoas. Não lembro por que a Astréa se aposentou. Foi também em 1990? Não me lembro da aposentadoria dela. Enfim, eu tinha de continuar esse



legado que elas me passaram. Como? Desenvolvendo a legislação arquivística, tornando o Arquivo dinâmico, moderno e fazendo com que ele se mostrasse para os outros órgãos da Casa e cumprisse efetivamente os seus objetivos, a sua missão, e lá fora também. Quando pessoas de fora procuravam o Arquivo, estávamos sempre à disposição para passar todo esse conhecimento.

Isso foi o que procurei fazer durante esse tempo, e, na medida do possível, passar essa motivação para as pessoas que trabalharam comigo, pois acho que devemos ter orgulho de trabalhar no Arquivo. Acho que o profissional que trabalha no Arquivo, que o servidor do Arquivo é privilegiado, porque ele tem o conhecimento de toda a Casa. E ele sabe que as pessoas também dependem do nosso trabalho, porque a documentação se acumula. Como recuperar essa informação? Estamos passando essas informações. Acho, então, que é um privilégio ser funcionário de Arquivo.

(Não identificado) - A Astréa se aposentou em 1982.

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Foi, em 1982.

A SRA. ENTREVISTADORA (Débora Bithiah de Azevedo) - Encerrando, que mensagem a senhora deixaria para os servidores do Arquivo e demais servidores do Legislativo?

A SRA. GRACINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Aos servidores do Legislativo, que todos somos, digo que trabalhamos em um Poder necessário para o País. Acho que tudo o que ultimamente vem acontecendo na parte dos políticos é um reflexo, talvez, da sociedade. Mas esta Casa tem de ficar de pé, ela é muito importante para o destino do País. Ele é um Poder que dá direito ao cidadão. Ele mostra que ainda temos as nossas garantias. Então, é um Poder muito importante. O Brasil não pode prescindir de um Poder Legislativo nunca.

Quanto aos funcionários, especificamente, do Arquivo — isso é o que eu deixo para eles —, que tenham essa vibração de trabalhar no Arquivo. Abracem a causa do Arquivo. Já foi feita muita coisa? Foi. Há muita coisa para fazer? Muita coisa, porque estamos na era da informação, que está em todos os cantos. Hoje vemos o livro virtual, como esses que estão surgindo agora, os iPads, uma coisa maravilhosa. Ontem mesmo eu estava vendo na Feira do Livro que inaugurou agora em São Paulo. Virando a folha de livro no computador. É muito interessante.



Quantas vezes falam em acabar com o papel? Não vai acabar. Li, recentemente, uma reportagem segundo a qual a UNB vai fazer um convênio com uma faculdade de fora do país para promover um pequeno curso de documentação digital. Há até dupla certificação. Mas nunca vai acabar o papel. Isso não procede.

Agora, tem de mostrar o trabalho que está sendo feito. O trabalho é bem feito e tem de ser mostrado. Tem de haver sensibilização da Direção mais alta da Casa. Não é ficar só trabalhando, temos de mostrar o serviço! E esse foi o meu grande empenho: mostrar. Quantas vezes reuni os diretores da área administrativa, da área legislativa; o Diretor-Geral, o Secretário Geral para mostrar tudo o que o Arquivo representava. Promovia essas reuniões para mostrar a sua importância.

Com isso, o que aconteceu? Houve demanda. Nós começamos a ser chamados. “Apareceu, agora vamos usar os serviços de vocês”. Então, o CENIN foi um grande parceiro, porque nessa parte de informação eles também começaram a requisitar os trabalhos do Arquivo. Mas temos de atender a isso. Há número pequeno de funcionários? É uma realidade contra a qual temos de lutar.

Houve um concurso já. Quantos entraram, desse último concurso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. GRANCINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Quantas vagas eram?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. GRANCINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Eram 6 vagas só? E, para a Biblioteca, quantas vagas?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. GRANCINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Pois é. Não podemos perder essa chance de estar sempre investindo nos concursos. Concurso é muito necessário. E temos de trabalhar, porque temos os Arquivos Setoriais para gerir, temos esses nossos projetos. O Projeto Arquivo Parceiro da História é muito importante.

Agora, se não tivermos os funcionários suficientes dentro da própria Coordenação, vamos buscar outros colegas, que estejam em outras áreas, que queiram dar essa colaboração. A TV Câmara, como um órgão difusor dessa informação toda. É importante fazer de vez em quando essas entrevistas. Fizemos



uma parceria muito grande com a Secretaria de Comunicação. Então, é muito importante isso, porque temos não só o acervo passado, mas também temos tudo o que está sendo gerado agora.

Havia um projeto, que acredito que também não tenha sido ainda concluído, de publicação das sessões secretas. Tinha sido feito até um levantamento, na Seção Histórica, de todas as sessões secretas que já haviam sido abertas. Então, já estava tudo pronto. Queríamos fazer uma publicação, trazendo o fac-símile dessas sessões, porque as primeiras já haviam saído, naquele livro de sinopse. Houve também uma publicação que mostrou essas primeiras sessões. Mas temos todas as outras. E as sessões secretas que forem sendo desqualificadas pela Comissão, vamos divulgar. Tem de fazer publicação.

Essa linha de publicações do Arquivo também é muito importante. Nós temos Cronologia da Câmara, Mesas da Câmara, Nominata dos Deputados, Histórico das Comissões Permanentes. As fontes de referência do Arquivo são trabalhos importantíssimos! Vamos passar para outros meios digitais. Não vamos deixar só nos livros, não! A disseminação hoje é muito mais fácil.

Eu recebi um DVD sobre as Constituições. Muito interessante! Quem me deu foi a Lígia do Arquivo, cuja irmã também estava no projeto, da UNB. Foi um DVD que saiu sobre as Constituições, um histórico. Eu achei super interessante.

Vamos passar essas fontes que já estão impressas para meio digital, para divulgar e distribuir... É assim que o Arquivo vai sendo conhecido. É assim que o acervo vai sendo divulgado. Temos de mostrar que fazemos um trabalho de qualidade. Não adianta trabalhar só para dentro de Casa. Também temos de mostrar o nosso trabalho lá fora. O próprio CONARQ. Tem a Vanderleia, na técnica de documentos eletrônicos. A Câmara sempre foi meio de informação daquilo que estávamos fazendo para os outros.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Há um detalhe: a documentação no Arquivo é a história do Legislativo e é Patrimônio da Sociedade Brasileira como um todo!

A SRA. GRANCINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - História do Brasil também!

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Acho que tem de devolver para a sociedade.

A SRA. GRANCINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Com certeza! É a história do Brasil, é a história do Legislativo. Ainda mais a nossa Casa, que é a representação do povo. Então, a nossa história é a história do Brasil. A história do Legislativo é a nossa produção, bem como a história do que a sociedade vem fazendo ao longo desses anos todos.

Por isso é que nós não guardamos os arquivos dos Parlamentares. No início, a Nilza ainda recolheu alguns arquivos de Deputados. Não há a menor condição! E nós não temos a obrigação de recolher os arquivos dos Parlamentares. Isso ficou muito bem claro. Que a produção que vem para o Arquivo do Deputado, é da sua atuação no Plenário, nas Comissões. Agora, o trabalho do Deputado com o seu eleitor, com a sua cidade, é arquivo particular dele.

Na ocasião, Frederico, como Chefe da Seção de Avaliação, fez um resumo, nesse curso que nós demos para o Secretariado Parlamentar, orientando como eles deveriam organizar os arquivos dos Parlamentares. Mas a Coordenação de Arquivo não tem nenhuma obrigação, nem pode, de receber arquivos particulares. Não tem sentido isso! Essa relação do Parlamentar com o seu eleitorado é dele. Agora, o trabalho dele na Casa é nosso. Então, é obrigação do Arquivo guardar, conservar e prestar essa informação.

A SRA. ENTREVISTADORA (Debora Bithiah de Azevedo) - Então, podemos encerrar, se a senhora não tiver mais nada a acrescentar.

A SRA. GRANCINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS -

Porque a Câmara tem um grande entrave: nós não podemos pegar patrocínio; porque é uma casa política; pode se configurar *lobby*.

Este mês eu recebi um pedido de uma professora da Faculdade de Comunicação da UNB. Ela me enviou por e-mail o projeto. Ela vai fazer o trabalho de organização daquele jornal da UNB chamado *Campus*. É Márcia o nome dela. Eles vão fazer também um centro de documentação na Faculdade de Comunicação. E ela me passou esse projeto, para que eu desse uma olhada, porque eles vão fazer a digitalização desse jornal, que está fazendo 40 anos. Eu olhei e disse que não era a nossa área de arquivo, porque nós não trabalhamos com jornal. Sei que a Biblioteca da Câmara fez um bom trabalho, e o Senado trabalha muito bem com

essa área de digitalização. Mas, de qualquer maneira, fiz algumas observações quanto a número de horas e de pessoal necessários e depois coloquei-a em contato com a Diretora da Coordenação da Biblioteca daqui e também com a Diretora da Biblioteca do Senado, para que pudesse visitar e ver o que havia sido feito lá. Mas ela conseguiu o mais importante: o patrocínio do Banco do Brasil.

Então, eu disse: “Você já tem um trunfo nas mãos só de ter o patrocínio”. Nós não temos condições na Câmara. Quando daquela exposição que fizemos no ano de 2000, Câmeras e Poderes-500 anos de brasiliade, que Gisela Magalhães organizou, foi grande a dificuldade de conseguir o mínimo da PETROBRAS. Mas a Câmara em si não pode pedir patrocínio.

Então, todos esses outros projetos de que eu falei, como o do acervo de 1823, para fazer a digitalização, batiam nisto: nós não podíamos pedir patrocínio.

Cabe a vocês, na mente de vocês, fazer uma ginástica para ver como podemos superar isso tudo. É claro que isso tudo é investimento. Todo mundo pensa que a Câmara é rica, que a Câmara pode fazer. Não é bem assim. A Câmara não tem essa disponibilidade orçamentária. Mas ela também precisa olhar para esse lado do Arquivo.

Veja esse caso do cofre de segurança. Meu Deus, essa verba já existia! Esse cofre já deveria estar lá, para guardar os documentos audiovisuais.

Um outro projeto que nós estávamos em andamento era o da telecinagem dos filmes. Nós temos uma riqueza em filmes na Câmara, na Seção de Documentos Audiovisuais. Veio o responsável Clóvis Molinari, do Arquivo Nacional, que fez o estudo, o levantamento, o diagnóstico da situação dos filmes. Deixou tudo pronto para nós começarmos esse trabalho de telecinagem. Nós temos o filme da inauguração do Palácio Tiradentes, no original! Ele disse: “A riqueza do acervo de vocês em filmes é muito grande!” Mas eles estão se deteriorando. Nós temos de correr com isso. Tem de haver sensibilização, tem de haver um poder de convencimento muito grande da Direção do Arquivo, não só do Frederico mas do Cláudio, que é o chefe da Seção.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. GRANCINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS -

Eu me lembro de que uma vez nós reunimos esses diretores e mostramos o perigo de perder o arquivo. Se houver um incêndio, como é que acontece. Passamos um filme para eles. Então, tem de voltar a mostrar que precisamos fazer

urgentemente a telecinagem desse acervo que temos aí, que é muito importante. Já foi feito esse levantamento. Vamos partir para fazer convênio. Sei lá como é que pode. Tem de botar a cabeça para funcionar e ver como é que pode acontecer isso. Nós precisamos agir!

Eu torno a bater nisto: os projetos de divulgação da Câmara são tão importantes quanto as atividades de gestão da informação e de treinamento. O treinamento sempre para o pessoal que lida com arquivo, com os Arquivos Setoriais, com a parte dos SERAD, com o secretariado parlamentar, que está sempre havendo renovação. Isso precisa ser feito. É, como eu digo, o prato do chinês: não pode deixar cair; ele tem de estar sempre rodando; rodou o último, volta para o primeiro, porque todos os dias há coisas a serem feitas na Coordenação de Arquivo. (Risos.)

Essa é a minha filosofia. Esse é o meu pensamento. Não dá para acomodar. No Arquivo não há essa palavra “acomodação”. Não pode haver, porque a informação está aí, ela está sendo gerada a cada instante. Cada vez que o Plenário se reúne, cada vez que uma Comissão se reúne, é informação, é documentação que está sendo gerada. E o Arquivo tem de estar participando.

Então, a importância do Arquivo é muito grande. Vocês são privilegiados porque trabalham na Coordenação de Arquivo. Tenham certeza disso e tenham orgulho desse trabalho.

O SR. ENTREVISTADOR (Tarciso Aparecido Higino de Carvalho) - D. Gracinda, em nome do Diretor da Coordenação de Arquivo, quero agradecer-lhe pela preciosa contribuição que está nos dando agora para a formação do acervo de história oral.

A SRA. GRANCINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Quero acrescentar um pouquinho com relação aos Núcleos de História Oral e de Imagem e Som.

Eles foram criados em função dos trabalhos da Constituinte. E eles sempre ficaram relegados porque dependiam de equipamentos. Eu me lembro que cheguei a receber da esposa do então Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, para ver se ela conseguia o equipamento necessário para os Núcleos de História Oral, Imagem e Som. Sem equipamentos, como eles iam funcionar?

Hoje, vejo que, deve haver um bom entrosamento com a TV Câmara—porque naquela época não existia —, que possa fornecer os equipamentos. Aliás, o

Chacon foi muito receptivo nessa parte. E podemos utilizar esse equipamento que já existe da TV.

O Núcleo propriamente dito foi instalado em 1990. E depois, em 1993, foi feita a primeira entrevista, com o bibliotecário Edson Nery e o Deputado Geraldo Guedes. E foi filmada. Quer dizer, acho que Clóvis chegou a filmar naquela época, com os recursos dele. Vocês devem ter isso no acervo do Núcleo.

Então, o Núcleo realmente é importante porque ele pode fazer todo esse trabalho que vocês estão fazendo, de resgate da história dos órgãos da Câmara. Mas ele depende muito do equipamento. Vocês têm de recorrer aos órgãos da Casa que dispõem desse material.

O SR. ENTREVISTADOR (Tarciso Aparecido Higino de Carvalho) - Eu quero agradecer também como servidor que teve o privilégio de ter a senhora como diretora. Além da contribuição que deu na gestão dos arquivos, na formação dos acervos, a senhora também contribuiu para a formação dos profissionais que estão aqui lotados.

Eu, por exemplo, sempre tenho uma lição, aprendida no dia a dia com a senhora: tanto a lição gerencial, sobre como administrar, quanto técnica e de relações humanas. A senhora foi uma diretora que deu muita ênfase — pelo menos era a percepção — a essa questão do elemento humano.

Agradeço por essa sapiência, pela habilidade de administrar essa questão.

A SRA. GRANCINDA ASSUCENA DE VASCONCELLOS - Eu quero também deixar o meu agradecimento a todos os que trabalharam comigo durante esse período, não só aos chefes de seção, como também aos meus secretários, que também foram muito dedicados nos serviços da Secretaria; a todos os funcionários; aos funcionários de primeira hora; aos estagiários que passaram por aqui; funcionários que foram de uma dedicação extrema.

Para citar um, eu teria de citar todos. Não posso dizer da importância de todos os chefes de seção que passaram porque, em muitos momentos, eles foram verdadeiros heróis, com pouquíssimos funcionários trabalhando, sofrendo toda essa pressão que às vezes nós tínhamos de fazer, porque havia demanda.

Eu quero deixar um agradecimento de coração a todos eles, para todos os chefes, todos os funcionários.

Vou citar nominalmente Everaldo, que nos acompanhou e que ainda está lá no Arquivo. É um servidor de muita simplicidade e de uma grande dedicação ao Arquivo.

Então, eu só tenho a agradecer a todas essas pessoas, porque sozinhos não fazemos nada. Nós só realizamos porque tem a colaboração dos outros. Por isso a importância de trabalhar em equipe. Ninguém faz nada sozinho. O bloco do eu sozinho não funciona.

Nós temos de agradecer por qualquer participação, por menor que seja, a todos os funcionários que durante esse tempo estiveram conosco. Eles foram muito importantes para mim. E eu guardo a todos com muito carinho.

O SR. ENTREVISTADOR (Tarciso Aparecido Higino de Carvalho) - Muito obrigado.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)